

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
  - 1.1 – Plenário
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ORDEM DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2021

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

##### 2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2019, do deputado João Leite e outros, que altera o art. 46 da Constituição do Estado, estabelecendo a competência do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano para autorizar a instituição de praça de pedágio em município pertencente à região metropolitana (Acrescenta o inciso VI ao art. 46 da Constituição do Estado para autorizar a instituição de praça de pedágio em município pertencente a região metropolitana). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2018, do deputado João Vítor Xavier, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Cavalhada Nossa Senhora de Nazareth, realizada no Distrito de Morro Vermelho, no Município de Caeté. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 82/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, que dispõe sobre o direito de a pessoa com deficiência efetuar compra de ingressos pela internet. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 822/2019, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Senador Firmino. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2019, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Romaria o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2019, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jaboticatubas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.725/2015, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – Peater – e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Proater – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Agropecuária, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.788/2016, do deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patos de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.334/2017, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vazante o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.372/2017, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.420/2017, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.454/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.243/2018, do deputado Thiago Cota, que altera a Lei nº 21.777, de 29 de setembro de 2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.509/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 781/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, que dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.007/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a receber em dação em pagamento, do Município de Virgem da Lapa, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.010/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2019, do deputado Carlos Henrique, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.172/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pratápolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.195/2019, do deputado Cristiano Silveira, que proíbe a pessoa jurídica que tenha sido condenada pela prática de trabalho análogo à escravidão de contratar com a administração pública estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As

Comissões de Direitos Humanos e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão dos Direitos da Mulher, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 1º de junho de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2019, do deputado João Leite e outros, que altera o art. 46 da Constituição do Estado, estabelecendo a competência do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano para autorizar a instituição de praça de pedágio em município pertencente à região metropolitana; e dos Projetos de Lei nºs 2.725/2015, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – Peater – e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Proater – e dá outras providências; 3.788/2016, do deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patos de Minas o imóvel que especifica; 4.334/2017, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vazante o imóvel que especifica; 4.372/2017, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica; 4.420/2017, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 4.454/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacinto o imóvel que especifica; 5.243/2018, do deputado Thiago Cota, que altera a Lei nº 21.777, de 29 de setembro de 2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural; 5.325/2018, do deputado João Vítor Xavier, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Cavalhada Nossa Senhora de Nazareth, realizada no Distrito de Morro Vermelho, no Município de Caeté; 5.509/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Sapucaí o imóvel que especifica; 82/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, que dispõe sobre o direito de a pessoa com deficiência efetuar compra de ingressos pela internet; 781/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, que dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor no âmbito do Estado; 822/2019, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Senador Firmino; 1.007/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a receber em dação em pagamento do Município de Virgem da Lapa o imóvel que especifica; 1.010/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica; 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta; 1.084/2019, do deputado Carlos

Henrique, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado; 1.172/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pratápolis o imóvel que especifica; 1.195/2019, do deputado Cristiano Silveira, que proíbe a pessoa jurídica que tenha sido condenada pela prática de trabalho análogo à escravidão de contratar com a administração pública estadual e dá outras providências; 1.211/2019, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Romaria o imóvel que especifica; 1.329/2019, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jaboticatubas o imóvel que especifica; e 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 1º de junho de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2019, do deputado João Leite e outros, que altera o art. 46 da Constituição do Estado, estabelecendo a competência do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano para autorizar a instituição de praça de pedágio em município pertencente à região metropolitana, e dos Projetos de Lei nºs 2.725/2015, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – Peater – e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Proater – e dá outras providências, 3.788/2016, do deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patos de Minas o imóvel que especifica, 4.334/2017, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vazante o imóvel que especifica, 4.372/2017, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica, 4.420/2017, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica, 4.454/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacinto o imóvel que especifica, 5.243/2018, do deputado Thiago Cota, que altera a Lei nº 21.777, de 29 de setembro de 2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural, 5.325/2018, do deputado João Vítor Xavier, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Cavallhada Nossa Senhora de Nazareth, realizada no Distrito de Morro Vermelho, no Município de Caeté, 5.509/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Sapucaí o imóvel que especifica, 82/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, que dispõe sobre o direito de a pessoa com deficiência efetuar compra de ingressos pela internet, 781/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, que dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor no âmbito do Estado, 822/2019, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Senador Firmino, 1.007/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a receber em dação em pagamento do Município de Virgem da Lapa o imóvel que especifica, 1.010/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica, 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta, 1.084/2019, do deputado Carlos Henrique, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado, 1.172/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pratápolis o imóvel que especifica, 1.195/2019, do deputado Cristiano Silveira, que proíbe a pessoa jurídica que tenha sido condenada pela prática de trabalho análogo à

escravidão de contratar com a administração pública estadual e dá outras providências, 1.211/2019, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Romaria o imóvel que especifica, 1.329/2019, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jaboticatubas o imóvel que especifica, e 1.428/2020, da deputada Leninha, que dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades e abrigos e nas unidades prisionais, em âmbito estadual, e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, André Quintão, Carlos Pimenta e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o andamento da proposta de repasse de recursos financeiros ao Município de Divinópolis para execução de obras de reforma no Hospital Regional, visando à implantação de hospital de campanha e abertura de leitos para o atendimento exclusivo de pacientes com covid-19.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único do Projeto de Lei nº 1.160/2019, da deputada Andréia de Jesus, e do Projeto de Lei nº 1.164/2019, do deputado Sargento Rodrigues; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 61/2020, do deputado Bosco e outros, dos Projetos de Lei Complementar nºs 79/2018 e nº 52/2021, da Defensoria Pública, do Projeto de Lei nº 2.308/2020, do Tribunal de Justiça, do Projeto de Lei nº 693/2015, do deputado Fabiano Tolentino, do Projeto de Lei nº 1.389/2015, da deputada Ione Pinheiro, do Projeto de Lei nº 2.653/2015, do deputado Braulio Braz, do Projeto de Lei nº 2.779/2015, da deputada Ione Pinheiro, do Projeto de Lei nº 4.134/2017, do deputado Cássio Soares, do Projeto de Lei nº 4.174/2017, do deputado Ulysses Gomes, dos Projetos de Lei nºs 4.335/2017, 4.336/2017 e 4.337/2017, do deputado Bosco, do Projeto de Lei nº 4.487/2017, do deputado Ulysses Gomes, do Projeto de Lei nº 4.910/2018, do deputado Adalclever Lopes, do Projeto de Lei nº 138/2019, do deputado João Leite, do Projeto de Lei nº 191/2019, do deputado Marquinho Lemos, do Projeto de Lei nº 370/2019, do deputado Carlos Pimenta, do Projeto de Lei nº 678/2019, do deputado Elismar Prado, do Projeto de Lei nº 940/2019, da deputada Rosângela Reis, do Projeto de Lei nº 983/2019, do deputado Sargento Rodrigues, do Projeto de Lei nº 1.001/2019, do deputado Braulio Braz, dos Projetos de Lei nºs 1.083/2019 e 1.179/2019, do deputado Coronel Sandro, do Projeto de Lei nº 1.776/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, do Projeto de Lei nº 2.105/2020, do deputado Professor Wendel Mesquita, do Projeto de Lei nº 2.199/2020, da deputada Ione Pinheiro, do Projeto de Lei nº 2.210/2020, do deputado Carlos Henrique, do Projeto de Lei nº 2.211/2020, do deputado Bartô, do Projeto de Lei nº 2.441/2021, do deputado Elismar Prado, do Projeto de Lei nº 2.444/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, do Projeto de Lei nº 2.464/2021, do deputado Repórter Rafael Martins, do Projeto de Lei nº 2.476/2021, da deputada Leninha, do Projeto de Lei nº 2.522/2021, do deputado Arlen Santiago, e do Projeto de Lei nº 2.644/2021, da deputada Ione Pinheiro; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 461/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, o Projeto

de Lei nº 611/2015, da deputada Rosângela Reis, o Projeto de Lei nº 1.132/2019, do deputado Cássio Soares, o Projeto de Lei nº 1.135/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, o Projeto de Lei nº 1.262/2019, do deputado Duarte Bechir, o Projeto de Lei nº 1.277/2019, do deputado Thiago Cota, o Projeto de Lei nº 1.342/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, o Projeto de Lei nº 1.498/2020, do deputado Professor Cleiton, o Projeto de Lei nº 1.501/2020, do deputado Doorgal Andrada, o Projeto de Lei nº 1.579/2020, do deputado Gustavo Mitre, o Projeto de Lei nº 2.155/2020, do deputado Tito Torres, o Projeto de Lei nº 2.157/2020, da deputada Rosângela Reis, o Projeto de Lei nº 2.237/2020, do deputado Virgílio Guimarães, o Projeto de Lei nº 2.254/2020, do deputado Léo Portela, o Projeto de Lei nº 2.266/2020, do deputado Léo Portela, o Projeto de Lei nº 2.272/2020, do deputado Braulio Braz, o Projeto de Lei nº 2.302/2020, do deputado Charles Santos, o Projeto de Lei nº 2.305/2020, do deputado Osvaldo Lopes, o Projeto de Lei nº 2.333/2020, do deputado Tito Torres, o Projeto de Lei nº 2.449/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, o Projeto de Lei nº 2.505/2021, do deputado Gil Pereira, o Projeto de Lei nº 2.566/2021, do deputado Celinho Sintrocel, o Projeto de Lei nº 2.575/2021, do deputado Zé Reis, o Projeto de Lei nº 2.580/2021, do deputado Zé Guilherme, o Projeto de Lei nº 2.631/2021, do deputado Tito Torres, e o Projeto de Lei nº 2.703/2021, do deputado Zé Reis; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sávio Souza Cruz, Fernando Pacheco, Gustavo Valadares e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada e os deputados Cleitinho Azevedo, Braulio Braz, Elismar Prado e Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.513/2015, do deputado Sargento Rodrigues, de votar, em turno único, o Requerimento nº 8.006/2021, do deputado Gustavo Mitre, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

Rosângela Reis, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 314/2015, do deputado Arlen Santiago, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 55/2021, do procurador-geral de Justiça, dos Projetos de Lei nºs 3.712/2016, do deputado Hely Tarquínio, 4.489/2017, do deputado Ulysses Gomes, 4.719/2017, do

deputado Antonio Carlos Arantes, 5.021/2018, do deputado Isauro Calais, 5.493/2018, do deputado Tito Torres, 848/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 1.088/2019, do deputado Professor Cleiton, 1.237/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 1.363/2019, do deputado Bosco, 2.026/2020, do deputado Tito Torres, e 2.308/2020, do Tribunal de Justiça, de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 8.007/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 8.017/2021, da Comissão de Segurança Pública, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

João Magalhães, presidente.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei n° 21.732, de 28/7/2015, da Resolução n° 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa n° 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Camila Aparecida dos Santos Teixeira, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

exonerando Carlos Roberto Mury de Paula, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputada Ione Pinheiro;

exonerando Cristiane Mota de Magalhães, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

exonerando Eliane Simões de Almeida, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

exonerando Laercio Marinho Dias, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

exonerando Ranielly Nepomuceno Duarte, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

exonerando Sarah Aparecida dos Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

nomeando Carlos Roberto Mury de Paula, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Laercio Marinho Dias, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Manoel Paixão dos Santos, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Ricardo Luiz de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

### TERMO DE CONTRATO N° 25/2021

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada (Hospital Madre Teresa). Objeto: prestação de serviços de assistência hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime de internação e ambulatorial aos deputados e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.3.3.90(10.1).